

Pedro Hispanha

Artigo publicado no número 77 do Mundo Ilustrado do
Rio de Janeiro de 13/6/59
+++++

Cap. Henrique Galvão ao Mundo Ilustrado
com exclusividade.

COMO FUGI DA PRISÃO DE SALAZAR

Com absoluta exclusividade "Mundo Ilustrado" publica no Brasil o primeiro depoimento do Capitão Henrique Galvão. Para melhor se avaliarem o significado e a importância internacional desta mensagem - escrita na viagem Lisboa-Rio - damos a seguir alguns dados do Capitão Henrique Galvão a quem Salazar confiou os mais altos postos na Administração Colonial e, depois, prendeu e condenou primeiro a quatro anos e após (dentro do carcere) a mais 12 anos, por ter denunciado a corrupção do regime e os métodos terroristas da polícia salazarista. O Capitão Galvão fugiu de uma enfermaria em Lisboa e se refugiou na Embaixada da Argentina encontrando-se hoje em B. Aires. Em 1944 foi nomeado Inspector Superior da Administração Colonial, tendo exercido o cargo de governador de Huila. Foi Director das Feiras de Amostras de Luanda e Lourenço Marques, e Director da Exposição Colonial do Porto, que organizou e dirigiu. Em 1940 dirigiu a Exposição Colonial dos Centenários. Realizou em Angola o primeiro reconhecimento do Cuando, numa travessia de mil quilómetros em terras desconhecidas. Publicou entre outros, os seguintes livros: "HUILA", 1930; "NACIONALIZAÇÃO DE ANGOLA", 1930; "INFORMAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA", 1932; "O CRITÉRIO DO POVOAMENTO EUROPEU NAS COLÓNIAS", 1933; "AFIRMAÇÃO COLONIAL, RAZÃO DE SER DA NACIONALIDADE", 1934; "PORTUGAL COLONIAL", 6 volumes, 1937; "EM TERRAS DE PRETOS" (crónicas) 1929; "O VELO DE OURO" 1932 (premio de literatura colonial); "TERRA DE FEITIÇO" (contos). Foi delegado pelo governo de Salazar a conferências internacionais entre elas a de Paris (Problemas coloniais), em 1931. Realizou viagens de estudo à França, Alemanha e países do Oriente.



Nº 6474

O Director de MUNDO ILUSTRADO recebeu a seguinte carta:

"Buenos Aires, 23 de Maio de 1959.

Exmo. Senhor Dr. João Ribeiro Dantas

Enquanto não posso fazer pessoalmente o que, ainda de longe, me manda o coração, venho agradecer muito comovidamente a V. Excia., não só a generosidade do tratamento que me dispensou à minha curta passagem pelo Rio como também, na simples qualidade de português e de defensor dos direitos dos meus irmãos à liberdade, a sua extraordinária ação de grande diplomata e jornalista.

Muito reconhecidamente, subscrevo-me, com a maior consideração e admiração,

a) Henrique Galvão

Quando me evadi do Hospital, com o concurso da estupidez da PIDE, levava entre as minhas boas intenções a de me associar, três meses após, às manifestações do aniversário do Maquiavel de Santa Comba; já se anunciavam, ora como funçanata apoteótica à maneira das anteriores (transportes e comidas gratuitas; a PIDE e a Legião a impingirem colchas a todas as janelas e retratos a todas as vitrinas, mobilizados o Sporting e o Benfica para fazerem numero, Etc.) ora como um complexo de solenidades fúnebres em que os tímidos da oposição depositavam esperanças.

342.7
«1959»
GAL

Não se poderia dizer que a minha modesta participação era descabida. Pois não cons-

tituia eu uma prova ainda viva - porventura a mais flagrante - da honestidade política, do bondoso cristianismo, da dignidade humana, da alta craveira moral, que, como atributos de Salazar, os seus histericos aderentes apregoam?

É verdade que já o sacripanta se encontrava ferido de morte política pelos tiros certeiros de Humberto Delgado. É verdade que já uma maioria de católicos descobrira que durante anos havia sido ludibriada. É verdade que já o naufrágio estava à vista. - Nem por isso a minha contribuição deixava de ser oportuna.

Para tanto - e porque outras tensões me animavam - retardei o asilo numa embaixada; e nas horas vagas de actividades igualmente oportunas, enquanto me apossavam todas as polícias do santo cornaca, preparei alguns escritos que seriam, à falta de melhor, essa minha contribuição. Ao todo umas 300 páginas de fogo concentrado sobre aqueles baluartes da mentira.

Mas, se o asco era já, na verdade, muito mais relevante do que o medo que durante 30 anos havia acarneirado a população, este era ainda bastante para, na situação em que eu me encontrava, tornar muito difícil publicar e distribuir tanta prosa. O destino e o "prestígio" de Salazar dependeram sempre de não haver crítica aos seus atos e não desafinar o corno dos seus mamíferos; temos de reconhecer que a máquina de emascular e emudecer funciona muito apreciavelmente. Foi preciso improvisar meios materiais de impressão e distribuição, menos acessíveis aos poderes da PIDE. Isso se fez com certo êxito.

Por motivos que depois se explanarão, mandaram as conveniências que eu me refugiasse numa Embaixada. Importava esfrangalhar mais uma das mentirolias da chamada política externa de Salazar. No país que ele proclama livre, em conciliábulos com a NATO, descartando-se das obrigações do Pacto do Atlantico, há portugueses que têm de pedir asilo político para escaparem com vida à perseguição, como nos países de além da cortina de ferro. Delgado pediria asilo para escapar a um martírio semelhante ao meu, se não a uma pena de morte. Veio o mentiroso à estacada proclama-lo o mais livre dos portugueses e acusa-lo de ter pretendido apenas um espetáculo político. Como se o Brasil não soubesse... Que nova mentira inventaria Salazar se também eu, o mais aparatoso dos seus mártires vivos, condenado por tribunal especial, em julgamento secreto, a 18 anos de prisão (e sem provas) apossado por todas as polícias do país, procurasse também a proteção de um país livre? Demonstrar-se-ia que o povo português não é mais livre que o povo da Hungria, onde um cardeal teve de pedir asilo na Embaixada dos EE. UU.

O asilo impunha-me que interrompesse esta campanha de libertação. Ante a destemida e impecável elegancia do Embaixador Mairal, o minimo a que me senti obrigado foi cumprir as regras.

Por isso me atrasei. Não é razão para desistir. As comemorações do 28 de Maio estão à porta, a minha contribuição não sofrerá pelo atrazo. Pelos desatavios de forma, levem-se como atenuante o fato de escrever em plena euforia de liberdade, sobre o Atlantico e sobre os joelhos, perdidas de vista as grades da Penitenciária salazariana e guardada no coração a lembrança dos irmãos portugueses que lá deixei.

Se os miasmas da decomposição de um regime fedêsem como as emanções dos charcos, a atmosfera portuguesa ter-se-ia tornado irrespirável depois da última campanha eleitoral; vinha de longe, mas foi esta, como a conduziram a sinceridade e a desassombada bravura do General Humberto Delgado e a revelaram os sentimentos da população, que estoírou os compartimentos quase estanques. O sistema de violências e mistificações estava constituido para conter as impaciências de um povo desvertebrado pelo medo e pela miséria... e Salazar acreditava na longa ação dos seus métodos sobre as almas. A surpresa pela sublevação de todas as camadas e corrente repentinamente animadas pela esperança de libertação, sacudidas do medo como do pó acumulado durante anos; o espanto por já não pegar o perigo comunista e só do perigo salazarista se cuidar; o assombro pelo despertar das consciências católicas; a fúria contra um General louvadíssimo e caleçoradíssimo, invulnerável a tentativas de suborno e a suspeitas de comunismo; a Verdade nua e crua a gritar nas ruas, desconjuntaram a caranguejola que tão eficiente fôra. O próprio chefe da oligarquia, que passava por frio, perdeu a cabeça e deixou-se ver sem as vestes de Tartufo. - Nem os mais ingenuos tiveram dúvidas sobre a natureza e grau da decomposição.

NOVA CAMPANHA TERRORISTA

A primeira reação foi lançar nova campanha terrorista, levar novamente às almas o medo de que pareciam ter escapado; ia culinar com a prisão do General. Mas as circunstâncias eram diferentes. Se o medo ainda desnor-teava muitas almas, já não era paralizante; digamos, era ainda um medo de homens, mas não era um medo de carneiros. E ao ódio salazariano, que exercera ação de rotina habitual e organizado, sucedera em face das resistências um ódio desvaivado, desmiolado. As violências que antes desmantelavam a oposição, agora a esclareciam e engrossavam. Os oprimidos perceberam que o medo de Salazar e dos seus não era menor que o deles próprios e que os rompantes de força eram agora manifestação de fraqueza. Os erros políticos sucederam-se: ameaças à Igreja e aos católicos; ataques à juventude; prisões em massa apanhando homens como António Sérgio, Jaime Cortesão e Vieira de Almeida; entrevistas do chefe da quadrilha policial a reeditar a invenção comunista e a declarar comicamente que não havia presos políticos em Portugal; prisão de sacerdotes acusados de manejos comunistas; a precipitada revisão constitucional para acabar com campanhas eleitorais que só daqui a sete anos se repetiriam. Sem leis, com leis e contra as leis, foram presos os mais ativos na campanha eleitoral, operários e trabalhadores rurais que, esperan-

çados na alforria, reclamavam salários menos miseráveis; estudantes e professores, sacerdotes e militares, funcionários e intelectuais em paroxismos diretamente desencadeados por Salazar. Repovoaram-se até à lotação os cárceres da PIDE e voltaram as torturas que haviam garantido a ordem salazarista. A máquina que fora atentamente dirigida passou a funcionar desatinada. Assim o terrorismo que consolida o regime apressou agora a sua decomposição e a tornou sensível a todas as camadas. A esperança de libertação é já mais forte que o medo. O Estado Novo, rotulado "Estado forte", era apenas bruto; debate-se ainda como bruto, mas também como irremediavelmente estúpido. As suas brutalidades, longos anos, corromperam as almas; hoje temperam-nas, colaborando com a oposição liberal.

OS ASILOS POLÍTICOS

Após a concessão do asilo ao General Delgado, houve uma pseudo discussão. (Só uma das partes tinha a palavra). Como ecos de "his master's voice" vieram à estacada, além da cançada anónima dos pasquins salazaristas, uns juristas que se consideram peritos em levar ao moinho de Salazar a água de que éle precisa. Sem ousar concluir assim, pretendiam que os leitores concluíssem: - Em Portugal, os deveres de humanidade se cumprem; não há regime de terror; não há arremêdo de justiça; não está em risco a vida dos presos, e Salazar exerce o poder em nome de Deus.

Para embelezarem o pudim, referiram casos em que Portugal concedeu asilo; omitindo, é claro, que durante a guerra de Espanha o governo de Salazar entregava às autoridades de Franco, que logo os fuzilavam sem julgamento, os espanhóis que pediam asilo a Portugal.

- O regime é de terror. E a fachada construída pela propaganda, as mordças da Censura, o "imbroglio" jurídico construído para PARECER, não iludem ninguém sobre as brutalidades terroristas desse regime.

- Não há tribunais revolucionários, mas há tribunais especiais chamados PLENÁRIOS, manejados pela PIDE, cujos sicários se armam em magistrados judiciais, e por vezes "julgam". Ela é igual às "checas" comunistas. Em seus ditros (eu que o diga) são frequentes as torturas morais ou físicas dos presos. E os morticínios. (V. "Seis casos" e "Confusão", do Juiz de Direito dr Sebastião Ribeiro). Está sempre em risco a vida dos presos. São centenas, milhares, os presos torturados ou mortos nos antros da PIDE. Citam-nos representações de organismos e de pessoas responsáveis, como o citado Juiz, a Associação Internacional de Juristas (Boletim 81) famosos advogados de Lisboa, Porto e Coimbra (V. queixas à Ordem dos Advogados e Ministro da Presidência em 10 e 23 de Março 1957) etc. Eis algumas das vítimas mais recentes: - Joaquim Lemos de Oliveira (de Fafe) Manuel da Silva Junior (de Viana do Castelo) Alberto de Mira Mendes Jaime Serra e José Adelino dos Santos - mortos na tortura. Adélia Terruza, Manuel Ega, Joana Mendonça, Joaquim Machado, Fernando Matias, Manuel Martins, Marcos Antunes, Luiz Ferreira dos Santos, Alvaro Ramos, Manuel Silva, Manuel Guedes, Celestino Ferreira, António Farrica, Oliveira Valença, António Caprinha, Américo Pereira, Mário Gonçalves, Mário Dias, Manuel Sanches, José dos Santos Fernandes, Joaquim Sabuga, Aida Paula, sua mãe, Maria Costa Dias, Maria Piedade Gomes, Alice Leal, Joaquim Gomes, Dr. Pedro Soares e sua mulher, Agostinho Sabuga, Cesaltina Leal, Tomás de Figueiredo, Dr. Mário Vilaça, - presos e torturados nas prisões de Caxias e Aljube, já depois da campanha eleitoral. De cor, nas circunstâncias em que escrevo, não me é possível citar centenas de outros. Para que? Tanto provam 20 como 200. E são nomes verdadeiros, são fatos incontestáveis. Podem fingir ignorá-los os países da NATO, por maquiavélicas conveniências políticas que de qualquer maneira traem a liberdade pela qual dizem bater-se. Podem negá-los a PIDE, o governo de Salazar, e as suas rêses. São fatos, flagrantemente verdadeiros.

Está mais do que provado justificar-se plenamente a concessão de asilos políticos em Portugal. Não se trata, como insinua juristas do Estado Novo, de "indivíduos atacados do delírio persecutório". O único delírio hoje endêmico em Portugal é o delírio perseguidor.

O CASO HUMBERTO DELGADO

É bem conhecido. Demonstra bem a decomposição do regime, e não só pela densidade da mentira com que o governo Salazar o acompanhou. A mentira foi sempre sua necessidade vital; só ela permitiu a Salazar manter-se no poder e apoderar-se de todos os poderes. O que revelou a decomposição foi a maneira despudorada de mentir, com a verdade a ver-se por todos os rasgões, numa aflição de tropa em debandada. Já não se mentia, digamos, organizadamente e sim desbragadamente, perdido o tino. O Estado Novo era visivelmente um Estado Podre.

Estava tudo preparado, ao velho estilo, para a prisão e liquidação do General; teve o significado de um cartaz a anunciar o espetáculo a nota oficiosa que deu conta do castigo militar ao ex-candidato, entregue ao arbitrio da PIDE. Menos voluntariamente do que aconselhado por amigos (fui um deles) pediu asilo na Embaixada do Brasil. A surpresa e o desgosto deviam ser arrasantes. O General não se rendera. O Embaixador do Brasil e o seu governo, tão cortejados, concediam o asilo, não eram colaboradores. Havia um governo que não se mostrava míope como os da NATO. Tudo isto de repente, contra todas as previsões. O resultado de tal surpresa foi aquela incrível nova nota oficiosa. Vinda de quem não é estúpido, estupidez denuncia pânico. Depois do discurso furibundo de ataque à Igreja, nada se vira em prosa estadonovista tão odientamente estúpido. Declarava-se que o General Humberto Delgado era o mais livre dos cidadãos. Que não havia razão para pedir o asilo. E como o governo brasileiro, que decididamente não é de ingênuos nem de hipócritas, apesar da nota, mantivesse o asilo, a coisa azedou-se como um diálogo entre homens pacientes de um lado do

Atlântico, e loucos furiosos do outro lado. O caso que, no interesse do governo português, seria resolvido em 24 horas com a saída do General para o Brasil como asilado político, arrastou-se em três meses de manobras em que Salazar foi constantemente batido, servindo a oposição. Entrou-se na comédia bufa. Enquanto o governo brasileiro, com impecável firmeza e cortezia, mantinha a sua posição, o côro de Salazar e seus tenores, com lágrimas nas linhas de sua prosa, negava reconhecer o asilo... Proclamava Delgado cada vez mais livre. O inefável Teotônio Pereira e o bom Marcelo Matias ajudaram Salazar a crer que o governo brasileiro cederia a uma campanha de imprensa descabelada; só caberia no bestunção de quem se habituou a resolver pela PIDE os problemas internos, e pelo suborno (de qualquer espécie) muitos dos problemas externos que o afligem. O povo português só por meios clandestinos sabia que fracassara no Brasil uma campanha jornalística inábil e que todo o país apoiava a atitude do seu governo. A nenhum jornal português era permitido dizê-lo. Quando a coisa já não tinha para Salazar ponta por onde lhe pegasse, esgotadas todas as manhas, o Brasil foi ainda o bastante amável para enviar a Lisboa o Secretário Geral do Itamarati. E o general saiu sem quebrar o asilo, sem ir até a sua residência... Tal comédia só seria possível num país cujo regime e cujo governo encontram-se em decomposição.

O MEU ASILO

Sobre a maneira como me evadi do Hospital, onde estava num quarto de 12 metros quadrados e janela impraticável, com dois agentes da PIDE à porta (tão zelosos que às vezes opunham o veto a terapêuticas prescritas pelos médicos); sobre os três meses de ginástica preparatória que tive de fazer, para me tornar apto a umas pequenas acrobacias necessárias - não é ainda a oportunidade de dizer mais. Onde estive e o que fiz durante o mês em que andei oculto? Só posso revelar que corri grande parte do país e cruzei mais de uma vez com os meus infelizes buscadores. Como entrei na Embaixada da Argentina, cercada por agentes que traziam consigo o meu retrato e não sei se uma madeixa dos meus cabelos, a história é conhecida. Fixemos apenas que a polícia do regime, sua coluna vertebral, foi sucessivamente batida por um pobre homem que não tinha outras armas senão uma pistola de má qualidade e a sua decisão de não se deixar apanhar vivo. A vitória foi-me dada pela estupidez da polícia que, onde não tem denunciadores, sabe matar e torturar mas não descobre o que lhe passa debaixo do nariz.

Bôto o cerco feroz (propalavam os birros que a ordem era atirar logo que me tomassem, e para isso exibiam metralhadoras nos muitos automóveis que os transportavam) entrei na Embaixada da Argentina, onde o asilo me foi reconhecido com tanta dignidade diplomática e simpatia humana.

O que então se viu como espetáculo público só poderia ver-se além da cortina de ferro, - e era cômico. Quer na Chancelaria da Rua João Crisóstomo, quer depois, na residência do Embaixador Mairal, à Rua Barata Salgueiro, o cerco reforçado alcançou proporções só acreditáveis por quem passava na rua: agentes em volta dos prédios, postos de sentinela na rua, por vezes nos telhados e nas escadas, noite e dia, farejando e revistando os que entravam e saíam. Que utilidade teria aquela farsa, negando publicamente os dizeres de propaganda que Salazar exportava todos os dias? Tiveram-me preso e deixaram-me fugir; fiquei um mês evadido e não me encontraram todas as polícias; cercaram todas as Embaixadas sul-americanas e não evitaram que eu entrasse na da Argentina. E quando era evidente que eu só procurava sair para o estrangeiro com segurança, o cerco assumia proporções nunca vistas. Para que? Para que oferecer esse espetáculo aos representantes estrangeiros? Querria Salazar proclamar com esse cartaz as verdades do seu totalitarismo policial? Para mim, na parte que não me humilhava como português, o espetáculo era cômico e mais nada; sobretudo em noites de chuva, quando deitado, numa cama tanto mais confortável que a de Peniche, a ler um bom livro, sentia os sicários nos seus postos a apanharem toda a chuva que Salazar e o seu regime estavam a pedir.

Como aquela comédia deve ter contribuído para o prestígio de Portugal do estrangeiro.

Com menos aparato público, os disparos sucediam-se como no caso de Delgado. Até o inefável Teotônio Pereira quiz dar-me como delinquente comum. Como era de esperar - só eles não o esperavam - o truque não surtiu resultado. O Governo argentino manteve o asilo firmemente. Darou três meses mais esse espetáculo de decomposição, e Salazar não teve outro remédio senão dar o salvo-conduto, que com menos ódio e mais inteligência teria dado imediatamente.

(NO PRÓXIMO NÚMERO: SEGUNDA PARTE DO DEPOIMENTO DE HENRIQUE GALVÃO).

Lisboa, 19 de Junho de 1959

